



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E CATORZE

“Artigo décimo segundo, número um, alínea b) do Regimento”

-----Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e catorze, no auditório do edifício dos Paços do Concelho, Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim pelas vinte e uma horas e dezoito minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, com o objectivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO VINTE E CINCO DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PONTO DOIS - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PLANO ANUAL DE TRANSPORTES ESCOLARES NOS TERMOS DO NÚMERO UM DO ARTIGO TRINTA E TRÊS, DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, CONJUGADO COM O DISPOSTO NA ALÍNEA GG), NÚMERO UM DA MESMA LEI. -----

PONTO TRÊS - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO PROGRAMA DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE MAIOR VULNERABILIDADE, NOS TERMOS DA ALÍNEA G), DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO, DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PONTO QUATRO – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E TREZE, BEM COMO QUE A APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS NOS TERMOS DA ALÍNEA A), DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO, DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PONTO CINCO - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO DE DOIS MIL E CATORZE, NOS TERMOS DA ALÍNEA A), DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO, DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

-----**PERIODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA**-----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

(Artigo décimo oitavo, número um do Regimento)

Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia nos termos do número um, alínea b) do artigo cinquenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conjugado com o número um, alínea b) do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: Na mesa; José Francisco Correia Afonso Marouço, (Presidente da Mesa da Assembleia Municipal); Carlos Manuel Russo Mota (Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia); Teresa Isabel Almeida Filipe (Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal); Manuel Bastos Martins; Helena Maria Martinho Lopes Cláudio; Alfredo da Silva Trindade; João Miguel Gonçalves Lopes; José Manuel Coutinho Lopes; Gustavo Gaudêncio da Costa; Rui Manuel de Oliveira Pinto Pires; Maria Antonieta Rodrigues Grazina de Loureiro Oliveira; António Manuel da Cruz Martins; Ana Lúcia Gomes Ribeiro; Manuel Virgínia Lourenço; Maria José Duarte Seródio Dias; Mário Rui de Oliveira Branco; José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes; Domingos Manuel Monteiro Martins; Carla Marina Sousa de Jesus Silva; Maria José Carvalho Marques Cardoso; João Manuel Fulgêncio Pisco Apolinário (Presidente de Junta de Fazendas de Almeirim); Joaquim Manuel de Deus Catalão (Presidente da Junta de Almeirim); Cristina Maria Leandro Pereira Casimiro (Presidente de Junta da Raposa); Cândida Isabel Conceição Lopes (Presidente da Junta de Benfica do Ribatejo); do Executivo Municipal o Senhor Pedro Miguel César Ribeiro (Presidente da Câmara Municipal); Paulo Vladimiro Santana Caetano (Vice-presidente), Maria Emília Castelo A. Botas Moreira (Vereadora); Joaquim Francisco Leonor Sampaio (Vereador), Eurico Manuel Lopes Henriques (Vereador), Sónia Isabel Campos da Silva Colaço (Vereadora) e Manuel Sebastião Duarte Lopes (Vereador).

----- Registo de Faltas: Pedro Jorge Lourenço Marques Pereira (Grupo do Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT). -----

----- Sendo vinte e uma horas e dezoito minutos, declarou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, aberta a sessão ordinária de Abril de dois mil e catorze. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Boa noite a todo o Executivo Municipal, Deputados Municipais e público presente. Verifico que existe quórum na Assembleia, pelo que declaro aberta a sessão ordinária de vinte e nove de Abril de dois mil e catorze. -----
Estão presentes os vinte e quatro membros que compõem esta assembleia. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Ou seja, dezasseis elementos do Grupo do PS, três do Grupo da CDU, três do Grupo do Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT), dois do Grupo do MICA e um do Grupo Zé Gome. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Começamos por apreciar e votar a acta da sessão anterior, ou seja, a acta da sessão ordinária de vinte e sete de Fevereiro de dois mil e catorze. -----

----- * **Votação da acta da sessão ordinária do mês de Fevereiro de dois mil e treze.** Aprovada com vinte e quatro votos a favor, dezasseis do grupo do PS, três do grupo da CDU, dois do grupo do Grupo do Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT), dois do Grupo do PS e um do Grupo Zé Gomes. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Vamos agora apreciar e votar a acta da sessão extraordinária de dezanove de Março de dois mil e catorze. -----

----- * **Votação da acta da sessão extraordinária do mês de Março de dois mil e treze.** Aprovada com vinte e quatro votos a favor, dezasseis do grupo do PS, dois do grupo da CDU, dois do grupo do Grupo do Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT), dois do Grupo do PS e um do Grupo Zé Gomes. Uma abstenção do grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOSÉ MANUEL COUTINHO LOPES (Grupo da CDU) »» A minha abstenção é pelo facto de não ter estado presente na sessão extraordinária de dezanove de Março de dois mil e catorze. -----

-----CORRESPONDÊNCIA-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea b) do Regimento) -----

Foi recebida entre a última sessão ordinária da Assembleia, datada de vinte e sete de Fevereiro de dois mil e catorze, e a presente sessão ordinária, a seguinte correspondência, enviada por: -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: Ofícios com assuntos a incluir na sessão ordinária e extraordinária da Assembleia Municipal do mês de Abril, Ofício com informação sobre a reunião dos CTT, Ofício/Convite para a cerimónia de lançamento da 1ª pedra da Base Permanente do Grupo de Força Especial de Bombeiros; -----

O Senhor Luís Miguel Gomes da Silva Marques Ferreira, enviou a esta Assembleia ofício a solicitar respostas às questões solicitadas na Assembleia Municipal. -----

A Senhora Alda Paula Ferreira Melro Leandro; enviou a esta Assembleia, ofício a solicitar cópia do Relatório da Comissão de Avaliação dos Concursos. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ÁGUAS DO RIBATEJO – Ofício a enviar convite para uma visita dos eleitos locais às obras da empresa. -----

Estado-maior da Força Aérea, ofício a informar a impossibilidade de ceder meios aéreos para exposição estática, no âmbito das comemorações dos quarenta anos do 25 de Abril em Almeirim. -----

ARSLVT – Ofício a convocar para uma reunião do Conselho da Comunidade do ACES Lezíria. -----

AEDREL – Associação de Estudos de Direito Regional Local – Ofício a informar das condições de subscrição da assinatura. -----

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses – Ofício a enviar convite para conferencia “25 de Abril: 40 anos de democracia” a realizar em Coimbra. -----

Pedidos de Justificação de falta à sessão extraordinária de Março: Ofício de Manuel Correia Marques (CDU). -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos passar aos assuntos relativos a votos de pesar, moções, recomendações e outros assuntos de interesse municipal.-----

Não havendo inscrições, vamos passar a apreciar, as recomendações, moções e votos.

MARIA JOSÉ DIAS (Grupo do MICA) »» Boa noite a todos os presentes. A minha intervenção é para ler um documento que me foi entregue por assistentes operacionais da minha escola. -----

Como assistentes operacionais, pedimos que nos fosse renovada as batas de trabalho, uma vez que já não é possível o seu arranjo. Inclusivamente, uma colega nossa, há vários anos que comprar batas, umas vezes no mercado, outras vezes numa loja de Almeirim. Entendemos que merecemos uma bata para trabalhar, uma vez que o nosso trabalho não implica estarmos só sentadas, mas também efectuar outras tarefas. -----

JOSÉ SOUSA GOMES (Grupo Zé Gomes)»» Boa noite a todos os colegas da Assembleia Municipal. -----

Gostava de referir alguns aspectos da comunicação social, que me chamaram à atenção. Um deles, vinha no Diário de Notícias, que o Secretário de Estado, disse que a Comissão Europeia disse-nos a nós País, “Nem mais um tostão para infra-estruturas”. Isto, para algumas Câmaras, pode parecer uma afirmação grave. Aqui no nosso Concelho não é, até porque temos a infra-estruturas todas feitas. Portanto, nas reuniões que o Senhor Presidente da Câmara têm tido no Alentejo, já se deparou com esta informação, e com certeza que já foi discutida. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Continuando na comunicação social, li uma notícia sobre o facto do Casal Branco ter ganho medalhas de ouro com os seus vinhos. No meu entender, este assunto é motivo para que em acta da Assembleia fique da nossa parte um voto de congratulação pelos êxitos do seu trabalho e também da nossa agricultura. -----

Outra notícia agradável, sobre Almeirim, é sobre os campos de futebol que vão ser postos à disposição das populações de Almeirim e Benfica do Ribatejo. Felicito a Câmara por este facto de vir a construir estes dois espaços desportivos, que me parecem bastante necessários. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» A minha intervenção é para manifestar a nossa congratulação pelo programa das iniciativas que evocam os quarenta anos do 25 de Abril. Esta celebração, obteve uma expressão, que até agora não tinha acontecido. Lamento o facto de a sua divulgação não ser mais ampla, apesar dos meios que foram utilizados para a sua divulgação. -----

Antes de terminar, registar com mágoa, o facto do debate sobre o “Estado Social no Séc XXI”, não se ter realizado por falta de participantes. Para um tema desta importância, a CDU esperava mais participação de todos. -----

Pela importância do tema, gostaria que se tentasse realizar algo semelhante. -----

RUI PIRES (Grupo do PS) »» Gostaria de me congratular como residente da rua de Coruche, pela recuperação do edifício que serviu de escritórios ao IVV de Almeirim. ----
Mais me congratulo pelo facto da recuperação ter como objectivo acolher a de da CVR Tejo. -----

É com satisfação que digo, que sendo Almeirim um dos Concelhos em que a actividade da vinha tem a maior importância, quase se pode dizer que somos a capital do vinho do Ribatejo. -----

A vinda da CVR Tejo para Almeirim, dará uma visibilidade aos nossos vinhos, às nossas adegas e casas agrícolas, tão desejada para a sua afirmação nos mercados vinícolas. –

PRESIDENTE DA CÂMARA»» Gostaria de fazer apenas dois ou três comentários. ----

Sobre as batas, vou falar com o agrupamento para perceber o assunto. -----

Em relação à questão das infra-estruturas que o Senhor Secretário de Estado Castro Almeida referiu, prende-se com o tema das infra-estruturas rodoviárias. Sendo que o País está a tentar fazer algo que no meu entender é importante, e que se chama, fecho de malha. Ou seja, fechar e ligar estas infra-estruturas, para que funcionem em pleno, e sirvam o maior número de populações. -----

Dou como exemplo a circular urbana de Almeirim ou o IC10 que liga os dois auto-estradas, A1 em Santarém e o nó da Alorna em Almeirim. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Neste momento, a informação que tenho, é que só há dinheiro comunitário para portos e ferrovia. -----

Como todos sabem, a Comunidade Europeia têm para Portugal duas prioridades negativas, que são a educação e infra-estruturas rodoviárias. -----

Antes de terminar, e na sequência de uma conversa que tive com o Senhor Presidente da Assembleia, entendemos que seria importante encontrar-se uma outra data para a realização do debate “O Estado Social no Séc XXI”. -----

Finalmente, agradecer a congratulação do Senhor Deputado Rui Pires, e aproveitara para confirmar que já está a funcionar em pleno a CVR Tejo, no nosso Concelho, concretamente nas antigas instalações dos escritórios do IVV de Almeirim, cujo espaço foi totalmente requalificado pela autarquia. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Passamos aos votos de saudação, louvor e pesar. -----

-----VOTO DE SAUDAÇÃO-----

COUTINHO LOPES (Grupo da CDU) » » Reza o artigo quatro da Lei número cento e vinte e nove do Diário do Governo de dois de Abril de mil novecentos e catorze que “A freguesia de Alpiarça é desanexada do Concelho de Almeirim para ficar constituindo concelho autónomo, com sede na vila da respectiva freguesia”. -----

Considerando que este processo, decorrido à cem anos atrás, teve sempre presente, antes de tudo o resto, a vontade, os desejos e as aspirações dos alpiarçenses. -----

Tendo em conta que hoje o poder local democrático norteado pela vontade do povo, tem sofrido cada vez mais ataques, seja com a recente extinção e agregação de freguesias, seja com a prevista agregação de concelhos, emanada do guião da reforma do estado, em que as vontades estrangeiras têm mais importância que as do povo. -----

Considerando que as gentes de Alpiarça são fortemente caracterizadas pelo seu espírito de resistência, luta pela imposição da vontade popular e defesa da liberdade. ---

A Assembleia Municipal de Almeirim, reunida a vinte e nove de Abril de dois mil e catorze, delibera aprovar um voto de saudação ao município de Alpiarça, por ocasião do seu centenário, fazendo votos que a vontade popular, que norteou a sua criação, norteie sempre o seu futuro. -----

O presente voto, a ser aprovado, deverá ser remetido à Assembleia Municipal de Alpiarça. -----

----- * **Votação de Saudação** pelo centenário do Concelho de Alpiarça - **APROVADO POR UNANIMIDADE**, com vinte e quatro votos a favor, dezasseis do Grupo do PS, três do Grupo da CDU, dois do Grupo do Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT), dois do Grupo do MICA e um do Grupo Zé Gomes. -----

-----VOTO DE SAUDAÇÃO-----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

DOMINGOS MARTINS (Grupo do PS) »» O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Almeirim, reunida no dia vinte e nove de Abril de dois mil e catorze, vem lembrar e saudar o Dia do Trabalhador que se comemora na próxima Quinta-feira, dia um de Maio. -----

No 1º de Maio de mil oitocentos e oitenta e seis, quinhentos mil trabalhadores de Chicago, nos EUA, saíram às ruas para protestarem e exigir, em manifestação pacífica, a redução da jornada para as oito horas de trabalho. A manifestação foi violentamente reprimida pela polícia, dispersando-a depois de ferir e matar dezenas de operários. ----- Hoje, passados cento e vinte e oito anos dos trágicos acontecimentos, assistimos infelizmente a um retrocesso nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores em Portugal, resultado das políticas de austeridade cega do actual governo do PSD/CDS-PP. -----

O desemprego é um dos maiores perigos que os trabalhadores portugueses actualmente enfrentam. E sem políticas corajosas de retoma da economia e de recusa do empobrecimento geral não há futuro de trabalho digno neste país. -----

O dia 1º de Maio é a oportunidade de os portugueses, e os trabalhadores em especial, manifestarem a sua profunda discordância quanto ao rumo que o país está a seguir e darem um sinal claro que é necessário e urgente uma mudança das actuais políticas. --- Saudamos o Dia do Trabalhador evocando a memória daqueles que lutaram e perderam a vida pelo direito ao trabalho e à dignidade humana. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Muito obrigado pela apresentação. Vou dar a palavra ao Senhor deputado João Lopes. -----

JOÃO LOPES (Grupo "AMAR A TERRA" PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Boa noite aos presentes nesta Assembleia. Para lembrar que este voto de saudação, é um voto que no global nos identificamos, porém acaba por estar politizado. Ou seja, refere-se às políticas do governo PSD/CDS-PP. Seria mais importante aprovar-se um voto de saudação ao dia do trabalhador do que misturar política nacional com a efeméride. Gostaríamos muito de votar a favor, mas sem a referência às políticas do governo. O voto da nossa bancada será favorável, caso o grupo proponente retire a referência PSD/CDS-PP. -----

ALFREDO TRINDADE (Grupo do PS) »» Boa noite a todos os elementos do Executivo e da Assembleia Municipal. -----

Pedi para falar, porque a intervenção do Senhor Deputado João Lopes me obriga a manifestar o desagrado pela maneira como reconhece a realidade dos factos. Nenhum português, seja ela da esquerda ou direita, pode estar satisfeito com o momento que



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

todos os trabalhadores atravessam, os desempregados, e os que lutaram uma vida inteira por mais emprego, saúde, educação e protecção. Social. Por tudo isto, entendo que o grupo não deve alterar o seu texto sobre o dia do trabalhador. -----

MARIA JOSÉ DIAS (Grupo do MICA) »» Tendo em conta que o voto de saudação, a ser aprovado, será de toda a Assembleia, tenho de concordar com a observação do João Lopes. Se queremos que ele seja votado por unanimidade, as referências políticas devem ser excluídas. -----

----- * **Votação de Saudação** pelo dia do trabalhador - **APROVADO POR MAIORIA**, com vinte votos a favor, dezasseis do Grupo do PS, três do Grupo da CDU, e um do Grupo Zé Gomes. Cinco votos contra, dois do Grupo do Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT), e dois do Grupo do MICA. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo "AMAR A TERRA" PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Votamos contra porque entendemos que dia do trabalhador é muito mais importante do que a política local ou até mesmo nacional. -----

PRESIDENTE DA ASSMBLEIA »» Dou agora a palavra à Senhora presidente da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, Cândida Lopes. -----

-----VOTO DE LOUVOR-----

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO »» Boa noite a todos. O Grupo do Partido Socialista quer apresentar um voto de Louvor. -----

Decorreu, com enorme êxito, durante este mês de Abril o Festival Internacional de Folclore do Concelho de Almeirim, o FIFCA dois mil e catorze. -----

O FIFCA, sendo uma manifestação de carácter cultural, etnográfico e universalista, derruba fronteiras promovendo a aproximação a fraternidade e a solidariedade entre povos, contribuindo também para uma melhor compreensão das suas singularidades. O FIFCA é por si uma manifestação contra a xenofobia e o fundamentalismo. -----
Sendo um evento do Concelho de Almeirim, mais precisamente da freguesia de Benfica do Ribatejo, o FIFCA tem uma também dimensão trans-concelhia, assumindo importância regional na divulgação das várias vertentes culturais, sociais e económicas do Ribatejo. -----

Pelo acima exposto o Grupo do PS na Assembleia Municipal de Almeirim que se aprove um voto de louvor à organização e todos os voluntários que tornaram possível a realização do FIFCA dois mil e catorze. -----

Solicita-se à Mesa da Assembleia Municipal de Almeirim que seja dado conhecimento deste voto de louvor às entidades devidas. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

----- * **Votação do Voto de Louvor** pelo festival de folclore FIFCA 2014 - **APROVADO POR UNANIMIDADE**, uma com vinte e quatro votos a favor, dezasseis do Grupo do PS, três do Grupo da CDU, dois do Grupo do Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT), dois do Grupo do MICA e um do Grupo Zé Gomes. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Como não vivemos só de manifestações de alegria, vou agora apresentar dois votos de pesar. -----

-----VOTO DE PESAR-----

GUSTAVO GAUDÊNCIO DA COSTA (Grupo do PS) »» O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Almeirim, reunida no dia vinte e nove de Abril de dois mil e catorze, expressa um voto de profundo pesar pelo falecimento, no passado dia dezoito de Março, de uma personalidade maior da nossa democracia: José Medeiros Ferreira. -- José Medeiros Ferreira foi um destacado intelectual e histórico militante do Partido Socialista. A figura de Medeiros Ferreira é indissociável da luta pela construção do regime democrático. Desempenhou diversos cargos políticos como deputado, quer no Parlamento Nacional quer no Parlamento Europeu. Foi também Ministro dos Negócios Estrangeiros no I Governo Constitucional. -----

Ainda jovem, e como opositor da ditadura, foi um dos principais dirigentes estudantis durante a crise académica de mil novecentos e sessenta e dois. ----- Além de político foi também um homem da cultura, professor universitário, historiador, investigador e ensaísta e um dos mais argutos analistas da vida contemporânea portuguesa. -----

José Medeiros Ferreira ficará na história do país, par além da sua figura como intelectual e governante, como uma das personalidades mais importantes na edificação e construção da Democracia em Portugal. -----

Solicita-se à Mesa da Assembleia Municipal de Almeirim que seja dado conhecimento da aprovação deste voto de pesar à família de José Medeiros Ferreira. -----

----- * **Votação do Voto de Pesar** pelo falecimento de José Medeiros Ferreira - **APROVADO POR UNANIMIDADE**, uma com vinte e quatro votos a favor, dezasseis do Grupo do PS, três do Grupo da CDU, dois do Grupo do Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT), dois do Grupo do MICA e um do Grupo Zé Gomes. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos a apreciar o voto de pesar pelo falecimento de Vasco Graça Moura. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALMEIRIM »» O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Almeirim, reunida em vinte e nove de Abril de dois mil e catorze, expressa um profundo voto de pesar pelo falecimento no passado dia vinte e sete de Abril, de Vasco da Graça Moura. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Vasco da Graça Moura encontra-se ligado ao concelho de Almeirim, porque tinha residência em Benfica do Ribatejo. -----

Como militante do PSD, Vasco da Graça Moura desempenhou diversos cargos políticos. Após o vinte e cinco de Abril foi Secretário de Estado nos IV e VI Governos Provisórios. Foi também Deputado ao Parlamento Europeu, integrado no grupo do PPE. Actualmente era presidente da Centro Cultural de Belém. -----

Mas foi no campo da literatura que a sua figura se destacou. -----
Extraordinário tradutor, ensaísta, poeta e dramaturgo, Vasco Graça Moura foi um dos mais multifacetados e eruditos intelectuais portugueses. -----

A qualidade da sua vasta obra literária garante-lhe, desde logo, um lugar destacado na história da cultura portuguesa. -----

Solicita-se à Mesa da Assembleia Municipal de Almeirim que seja dado conhecimento da aprovação deste voto de pesar à família de Vasco da Graça Moura. -----

----- * **Votação do Voto de Pesar** pelo falecimento de Vasco Graça Moura - **APROVADO POR UNANIMIDADE**, uma com vinte e quatro votos a favor, dezasseis do Grupo do PS, três do Grupo da CDU, dois do Grupo do Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT), dois do Grupo do MICA e um do Grupo Zé Gomes. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Finalmente, para encerrar este capítulo, vou colocar à consideração da Assembleia a Moção sobre a Defesa do Serviço Nacional de Saúde. -----

-----MOÇÃO-----

-----“ Pela defesa do SNS”-----

HELENA LOPES CLÁUDIO (Grupo do PS) »» Num tempo em que predomina a miséria e a insegurança em largos sectores da sociedade é fundamental que as estratégias globais de saúde tenham como prioridade a implementação de políticas que diminuam as desigualdades, minimizando as diferenças sociais e regionais. -----

A opção por um modelo de SNS é hoje reconhecida como a melhor forma de garantir os valores do acesso, da equidade e da solidariedade. O SNS tem sido um factor de coesão nacional e um avanço civilizacional. -----

O Governo publicou uma portaria (número oitenta e dois barra dois mil e catorze, de dez de Abril), que constitui um violento ataque ao SNS e ao direito constitucional à saúde, visando o desmantelamento da rede hospitalar pública. -----

A Portaria número oitenta e dois barra dois mil e catorze, que no essencial reclassifica os hospitais de acordo com o seu grau de diferenciação, é um logro, pois nada tem a ver com a reforma hospitalar, essencial e há muito exigida por imperativos funcionais, ou mesmo com a reforma orgânica do SNS. Trata-se tão-somente do equivalente a uma



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

espécie de carta hospitalar, mas neste caso visando um quadro minimalista de unidades hospitalares. -----

O SNS é um todo que deve ter coerência e não entendemos como se podem tomar medidas avulsas, pontuais, casuísticas, inorgânicas, desconexas, descontextualizadas e de carácter administrativo, sem qualquer estratégia de sustentabilidade, negam qualquer perspectiva de reforma e de articulação entre os vários níveis de prestação de cuidados de saúde. -----

Com esta Portaria, o governo tem em vista, uma vez mais, o encerramento arbitrário de serviços hospitalares, nomeadamente o encerramento da maioria das maternidades do país, a diminuição acentuada da capacidade de resposta global do SNS, a criação de condições incontornáveis para uma rápida expansão das entidades privadas, sobretudo por via do recurso aos subsistemas de saúde, e dar mais um passo, desta vez decisivo, para uma acelerada desertificação de vastas zonas do interior do país. -----

Além do encerramento de múltiplas maternidades, o Governo pretende eliminar, no imediato, especialidades médicas dos hospitais públicos (endocrinologia e estomatologia), encerrar o Instituto Oftalmológico Gama Pinto, em Lisboa, e ainda eliminar os serviços de cirurgia cardiotorácica no Hospital de Gaia e do Hospital de Santa Cruz, ao mesmo tempo que mantem vultuosos contratos com entidades privadas nesta área. -----

Com esta Portaria, grande parte das maternidades do nosso país vão ser encerradas. Os hospitais do chamado Grupo I só irão dispor de ginecologia e a obstetria só existirá nos hospitais do chamado Grupo II. Assim, irão desaparecer até trinta e um de Dezembro de dois mil e quinze as maternidades nos seguintes estabelecimentos hospitalares: Unidade Local de Saúde Norte Alentejo (Portalegre), Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo (Beja), Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (Santiago do Cacém), Centro Hospitalar Cova da Beira (Covilhã e Fundão), Centro Hospitalar de Leiria, Centro Hospitalar do Baixo Vouga (Aveiro, Águeda e Estarreja), Hospital da Figueira da Foz, Unidade Local de Saúde da Guarda, Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, Centro Hospitalar Barreiro/Montijo, Centro Hospitalar de Setúbal, Centro Hospitalar do Oeste (Torres Vedras/Caldas da Rainha), Centro Hospitalar do Médio Tejo (Abrantes, Torres Novas e Tomar), Hospital de Santarém, Hospital Fernando da Fonseca (Amadora/Sintra), Centro Hospitalar do Alto Ave (Guimarães e Fafe), Centro Hospitalar do Médio Ave (Famalicão e Santo Tirso), Centro Hospitalar entre Douro e Vouga (Feira, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira), Centro Hospitalar Póvoa do Varzim/Vila do Conde, Centro Hospitalar Tâmega e Sousa (Paredes e Penafiel), Hospital Santa Maria Maior (Barcelos), Unidade Local de Saúde



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

de Matosinhos, Unidade Local de Saúde do Alto Minho (Viana do Castelo) e Unidade Local de Saúde do Nordeste (Bragança, Mirandela e Macedo de Cavaleiros). -----

A declaração emitida recentemente pelo Ministério da Saúde em que garantia que não iria encerrar qualquer maternidade assume uma enorme gravidade porque assenta na mais despudorada mentira. O conteúdo da portaria é muito claro sobre esta e outras matérias. -----

A Portaria é clara e, como tal, é fácil constatar que vastas regiões do nosso país irão ficar sem qualquer maternidade e que as parturientes terão de se deslocar centenas de quilómetros. É um atentado à vida e à segurança de muitos recém-nascidos e respectivas mães. -----

Considerando o atrás exposto, a Assembleia Municipal de Almeirim, reunida em sessão ordinária a vinte e nove de Abril de dois mil e catorze, delibera: -----

UM – Afirmar a necessidade de manter um SNS para todos os cidadãos, melhorando o acesso aos cuidados de saúde e lutando contra todas as tentativas camufladas de o querer dismantelar. -----

DOIS – Afirmar a necessidade de reformar o SNS e continuamente introduzir melhorias na sua organização de modo a prestar cuidados de saúde de qualidade. -----

TRÊS – Exigir a imediata revogação da Portaria número oitenta e dois barrai dois mil e catorze, de dez de Abril. -----

QUATRO – Exigir que se pare, de imediato e definitivamente, a acção de destruição social encetada pelo Governo. -----

CINCO – Afirmar a necessidade de se efectuar uma verdadeira reforma hospitalar de uma forma racional, participada e transparente, sobretudo, no que respeita à gestão, à melhoria na qualidade assistencial e à organização dos cuidados, mantendo uma lógica de cobertura em redes de referenciação, e não apenas o encerramento de camas e serviços. -----

SEIS – Exigir que a reforma hospitalar e a reforma do SNS sejam feitas ouvindo as Autarquias, que estão sempre disponíveis para juntar esforços e criar sinergias ao serviço das populações que representam e servem. -----

SETE – Manifestar a sua total confiança e agradecimento a todos quantos, com o seu esforço, têm conseguido manter níveis de atendimento com qualidade e segurança, vencendo as dificuldades impostas pelos cortes salariais, ultrapassando com ânimo e criatividade os cortes orçamentais e ajudando a vencer o desalento e o cansaço dos utentes que resulta das maiores dificuldades de acesso ao SNS em virtude de uma política nacional de transportes que dificulta e diminui o acesso aos serviços. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

OITO - Reafirmar a autonomia e insubstituível papel do Poder Local democrático no serviço público de qualidade às populações e no desenvolvimento de Portugal. -----

Mais decide enviar esta Moção; A Sua Excelência o Presidente da República; A Sua Excelência o Primeiro-ministro. A Sua Excelência o Ministro da Saúde. A Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde. A todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República. À Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. À Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. A todas as Câmaras e Assembleias Municipais da Área do distrito de Santarém. -----

----- * **Votação da Moção** em Defesa do Serviço Nacional de Saúde - **APROVADO POR MAIORIA**, uma com vinte e dois votos a favor, dezasseis do Grupo do PS, três do Grupo da CDU, dois do Grupo do MICA e um do Grupo Zé Gomes. Duas abstenções do Grupo do Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT), -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo “AMAR A TERRA” PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» O nosso grupo absteve-se nesta votação por não conhecer a legislação referida no texto da moção apresentada pelo grupo do PS. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» passamos ao Período da Ordem do Dia. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO VINTE E CINCO DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Pergunto ao executivo, em particular ao Senhor Presidente da Câmara se pretende fazer alguma introdução ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos? -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Boa noite a todos os presentes. Penso que a informação é clara, pelo que vou aguardar pelas apreciações dos senhores deputados, para no final esclarecer algumas questões que possam surgir. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para a discussão e apreciação deste ponto. -----

COUTINHO LOPES (Grupo da CDU) »» Boa noite a todos. A minha intervenção sobre este assunto é para dizer que continuamos sem saber o conteúdo das reuniões onde esteve presente o Senhor Presidente da Câmara. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Também trazemos algumas questões que gostaríamos que o Senhor Presidente respondesse, se assim o entender e se for possível. -----

Gostaríamos de saber os resultados da reunião com os CTT, em que estado se encontra as conversas com os Sindicatos sobre o acordo colectivo de trabalho, o acompanhamento da visita ao Concelho pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, da reunião com o Secretário de Estado de Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza. Relativamente à educação, alguma informação sobre as obras do refeitório do Moinho de Vento, concretamente o ponto de situação da obra. ----

Também gostaríamos de saber o resultado do acompanhamento das refeições escolares no pré-escolar e no primeiro ciclo e por ultimo, saber da participação em reunião do Senhor Secretário de Estado da Administração Local, no âmbito dos contratos de transferência de competências para os municípios. -----

Antes de terminar, valorizar a forma como é apresentada a informação escrita no que diz respeito à área da Educação Social, pois é a que nos dá a informação mais detalhada. -----

JOSÉ SOUSA GOMES (Grupo ZÉ Gomes) » » Gostava de fazer algumas perguntas que no fundo são mera curiosidade e que na informação escrita me suscitaram algumas das questões que vou passar a fazer. -----

A primeira, é sobre o sector do Senhor Presidente, sobre a sua presença na Assembleia Distrital de Santarém. -----

Gostava de saber se já há outra vez Assembleia Distrital em Santarém. Esta Assembleia deixou de haver há muitos anos. -----

Depois, refere na informação escrita que foi concluído o projecto para a sede da Associação Desportiva Fazendense. Penso que se trata do projecto de engenharia, ou não? Na mesma informação, pode-se ler que foi submetida a candidatura para a requalificação da antiga Igreja do Divino Espírito Santo. Posso interpretar que é a candidatura aos fundos comunitários para a recuperação do edifício. -----

A outra questão que eu gostava de fazer, é; como vai no nosso Concelho a substituição do amianto em algumas escolas do Concelho? -----

ALFREDO TRINDADE (Grupo do PS) » » Mais uma vez boa noite aos presentes. -----

Depois de ler a informação escrita que foi fornecida pelo Executivo Municipal, não vejo qualquer referência ao alcatroamento nas ruas de Foros de Benfica, que se encontram no estado que todos nós sabemos. -----

Gostava de saber se o Senhor Presidente do Executivo Municipal pretende asfaltar essas ruas, ou se vão ficar no esquecimento, de modo a dar dignidade aos que lá transitam e vivem. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

JOÃO LOPES (Grupo “AMAR A TERRA” PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Sobre as actividades que são aqui descritas, vamos fazer um reparo relativamente às contas, pois o Senhor Presidente disse que ia apresentar, e apresenta os links. No entanto, salvo alguma actualização recente, nem todos os sites possuem essa informação. Sobre os processos judiciais em curso, nós tínhamos solicitado mais informação já na Assembleia anterior. -----

Quanto às contas, apesar de estarmos a falar de contas de dezasseis de Abril de dois mil e catorze, ainda faltam algumas despesas correntes, mais ligadas ao final do mês, vemos que existe até à data, equilíbrio nas contas. -----

Vemos aqui uma baixa execução nas despesas de capital, pelo que gostávamos de perguntar ao executivo qual a razão ou motivo para esta execução ser tão baixa? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» O rol de questões levantadas já é vasto, pelo que dou a palavra ao Senhor Presidente para que responda e informe a Assembleia sobre as diversas questões e observações feitas pelos senhores deputados. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA»» Em relação à reunião com a empresa CTT, o que obtive dos seus representantes, foi que havia uma concentração dos serviços em Santarém, sem nenhum despedimento. Tive oportunidade de dizer o que entendia sobre o assunto. Não concordo com ela enquanto Presidente de Câmara e também não concordo com ela enquanto cidadão. É o resultado de mais uma privatização a acrescentar o aumento dos serviços postais. É algo semelhante com o que se passou com a ANA Aeroportos. – Nesta reunião, como anteriormente disse, manifestei a minha discordância sobre esta matéria. -----

Quanto às reuniões com os sindicatos, a autarquia já assinou um contrato colectivo de trabalho, com os sindicatos, no que diz respeito às trinta e cinco horas de trabalho semanal. -----

Em relação á questão do Alentejo, o que se passa é que o Presidente da Região de Turismo do Alentejo e Ribatejo esteve no nosso Concelho, desta visita não se obteve nenhum resultado imediato, porém para todos os autarcas na esmagadora maioria, reconhecemos neste Presidente alguém com competências para ajudar cada um dos Concelhos que integram esta região. -----

Em relação à reunião com o Secretário de Estado do Ordenamento do Território, foi no âmbito da CIMLT, e está relacionado com um projecto-piloto que a CIMLT pretende concretizar. Sobre este assunto, não pretendo dizer muito mais, até porque ainda estamos a estudar alguns detalhes. -----

Sobre as obras do refeitório na escola do Moinho de vento, vão andar pelo menos até ao verão, até porque estão a ser feitas pela autarquia, de modo que nem sempre é



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

possível os nossos trabalhadores estarem no mesmo local, pois, como sabem, é preciso realizar-se outras tarefas, e os recursos humanos são pouco. -----

Quanto às refeições escolares, a estagiária está a fazer um excelente trabalho, acompanhada da Senhora Vereadora da Educação. -----

Quanto à reunião com o Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, nesse encontro esteve a Senhora Vereadora Emília, tratou-se de um convite dirigido a seis Câmaras do País, com o objectivo de avaliar um conjunto de transferências na área do pessoal, transportes escolares e outros assuntos. -----

Sobre a Assembleia Distrital de Santarém, formalmente esta Assembleia ainda não acabou, apesar de existir uma Lei que diz que o património ia passar para o Estado. Entretanto o Governo recuou, e está na Assembleia da Republica uma nova Lei que permite que os Municípios façam uma Associação com fins específicos no sentido de gerirem o património existente. -----

Logo que os estatutos estejam criados, é necessário que venham a esta Assembleia para serem apreciados, e só depois se criar a referida associação. -----

Com a constituição desta Associação, fica aberta a possibilidade de se dar início à recuperação da Colonia Balnear da Nazaré. -----

Quanto à sede do Fazendense, tratasse dos projectos de especialidade. Sobre as Escolas Velhas, é realmente a recuperação do edifício, numa primeira fase. No que diz respeito à P3, foi feita uma candidatura aos fundos comunitários, no sentido de entre outras coisas remover a cobertura de amianto que existe numa parte da escola. -----

Sobre as estradas dos Foros de Benfica, o que se passa é o seguinte; o tempo tem sido chuvoso, pelo que não têm sido possível proceder à recuperação e asfaltagem dos referidos troços. -----

No que diz respeito às contas, os links fornecidos, apontam para a publicação das contas. As contas foram aprovadas ontem, pelo que é um pouco difícil estarem já disponíveis. -----

Quanto às despesas de capital, as importâncias são na maioria da construção da obra da Força Especial de Bombeiros. -----

Também estão previstos um conjunto de intervenções em arruamentos, mas como referi anteriormente, o tempo não tem permitido essas intervenções. -----

Paralelamente, estão em curso três candidaturas a fundos comunitários, que totalizam cerca de novecentos mil euros, que estão à espera de aprovação. -----

Por tudo isto, tenho consciência que estas verbas influenciam em muito as despesas de capital, este e o próximo ano. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Gustavo Costa. -----

GUSTAVO GAUDÊNCIO DA COSTA (Grupo do PS) »» Não vou colocar nenhuma questão, mas sim fazer uma constatação. -----

Seria injusto não o fazer. Apreciando a informação escrita que nos foi distribuída pelo executivo, temos de nos congratular o enorme trabalho desenvolvido em todas as áreas de intervenção dos diferentes pelouros. Este trabalho indica um esforço e engenho para realizar estas tarefas, contrariando as dificuldades económicas. O que estamos a apreciar nesta informação escrita é o engenho e arte de fazer muito, com pouco dinheiro. Não querendo valorizar mais ou menos áreas de intervenção, porém, a área da cultura, hoje merece-me uma observação particular, porquanto ao ler-se a informação escrita, constata-se o role de actividades dignas de registo. Particularmente, e julgo que também da bancada do PS, gostaria de o saudar e ao Executivo pelas intervenções e participações que tem desenvolvido. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto. Passamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

PONTO DOIS - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PLANO ANUAL DE TRANSPORTES ESCOLARES NOS TERMOS DO NÚMERO UM DO ARTIGO TRINTA E TRÊS, DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, CONJUGADO COM O DISPOSTO NA ALÍNEA GG), NÚMERO UM DA MESMA LEI. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a introdução deste assunto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Este foi um assunto que foi referenciado pela bancada da CDU. A prática da CIML e os pareceres que existem na comunidade, é que este assunto não necessitava de vir à Assembleia, no entanto, e existindo dúvidas, vêm à Assembleia para o tornar definitivamente válido, sem reservas ou constrangimentos. ----

MARIA JOSÉ CARDOSO (Grupo da CDU) »» Em Junho de dois mil e treze, quando da discussão para o concurso público para aquisição de Transportes Escolares – circuitos especiais escolares e ocasionais para o ano lectivo dois mil e treze, dois mil e catorze a desencadear no âmbito da CIMLT, os eleitos da CDU denunciaram o facto de não haver parecer do conselho Municipal de Educação, tal como determina o Decreto-Lei número sete barra dois mil e três, de quinze de Janeiro (Conselho Municipal Educação) na alínea e) do artigo quatro como sendo das suas competências, e passamos a citar: "Adequação das diferentes modalidades de acção social escolar às necessidades



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

locais, em particular no que se refere aos apoios socioeducativos, à rede de transportes escolares e à alimentação”; -----

Nessa mesma reunião, foi ainda referido que durante anos o Plano de Transportes Escolares nunca tinha sido dado a conhecer aos eleitos nos diferentes órgãos, por isso, a apresentação deste ponto vem dar razão à CDU, naquilo que foram as suas denúncias e são as exigências pelo cumprimento da Lei. -----

No entanto, esta proposta ao ser apresentada agora em Abril de 2014, também não cumpre com o ponto um do artigo quinto do Decreto- Lei número duzentos e noventa e nove barra oitenta e quatro de cinco de Setembro (Transportes Escolares), que determina que até quinze de maio deve ser remetido às entidades, nomeadamente às escolas, o Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo seguinte, e a proposta em cima da mesa é referente a este ano lectivo, que já vai a meio. Assim este processo encontra-se desfasado da realidade, uma vez que já se encontra em execução e só agora tem o devido aval pelos órgãos. E como será no próximo ano? A CDU já alertou no ano passado, tornamos a deixar a nossa preocupação, para que o processo decorra dentro dos preceitos legais, que o Plano para o ano lectivo dois mil e catorze, dois mil e quinze seja analisado quanto antes e remetido para apreciação dos eleitos. Ainda de acordo com o Decreto-Lei referido acima, nos artigos oitavo e nono é constituído o Conselho Consultivo de transportes escolares e as competências do mesmo, onde se refere a cooperação com o Município na elaboração destes Planos mas também dar parecer sobre as questões referentes ao transporte escolar e nós não temos conhecimento se existe este conselho consultivo nem do seu parecer. -----

A CDU irá abster-se, pois embora, considere que, no essencial, o Plano Anual de Transportes Escolares agora apresentado corresponde às necessidades dos alunos do Concelho e que seja um plano importante para a definição da situação dos transportes escolares no nosso concelho, consideramos ainda que alguns preceitos da lei não foram cumpridos, nomeadamente a apresentação dos pareceres do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Consultivo, que não acompanham este Plano. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais inscrições, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» O Mais importante foi dito no final da intervenção da Senhora Deputada da CDU, na sua intervenção. No entanto, tenho plena consciência que a lei referida está desadequada da realidade actual. A aplicar a Lei com é exigido é quase impossível, visto que não sei que estabelecimentos vão fechar no próximo ano. Mas, como disse “o Plano Anual de Transportes Escolares agora apresentado



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

corresponde às necessidades dos alunos do Concelho e que seja um plano importante para a definição da situação dos transportes escolares no nosso concelho”.

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) » » Gostaria de intervir para dizer que as Leis são para cumprir. Uma Lei pode até ter cem anos, se essa Lei estiver vigente, é essa que deve ser aplicada. Admitido que o assunto em termos práticos levante alguns problemas, contudo, é uma evidência não cumprimos as leis, nomeadamente esta. ----- Aproveito a minha intervenção para lembrar que a proposta do Conselho Municipal de Educação ainda não veio a esta Assembleia. -----

Neste caso, a Lei também refere a constituição deste Conselho, quando se realizam eleições, como foi o caso. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Verifico que o assunto está devidamente esclarecido, pelo que estamos em condições de votar o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- * **Votação do ponto dois da Ordem de Trabalhos - APROVADO POR MAIORIA E MINUTA** a proposta sobre o Plano Anual de Transportes Escolares, com vinte e um votos a favor, dezasseis do Grupo do PS, dois do grupo do MICA, dois do grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e um do grupo Zé Gomes. Três abstenções do grupo da CDU. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » De seguida, passamos ao ponto três da Ordem de trabalhos. -----

PONTO TRÊS - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO PROGRAMA DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE MAIOR VULNERABILIDADE, NOS TERMOS DA ALÍNEA G), DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO, DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Para esclarecer este assunto, peço ao Senhor Presidente da Câmara que faça os comentários que entender por convenientes sobre o ponto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA » » Este foi um regulamento que já foi à Câmara, esteve em inquérito público, não obteve nenhuma proposta para a sua alteração, e para que possa ser publicado e entrar em funcionamento, necessita de ser apreciado e votado na Assembleia Municipal. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Estão abertas as inscrições para a apreciação deste assunto. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ALFREDO TRINDADE (Grupo do PS) »» A minha intervenção é para perguntar ao executivo, em particular ao Senhor Presidente da Câmara, se estão a pensar em intervir junto de uma família da freguesia de Benfica, que está alojada num contentor atrás do cemitério, em Foros de Benfica, que se encontra a viver em situação deplorável. Nos dias que vivemos, é inaceitável ver as condições em que aquela família se encontra. ---- Para além de lhe perguntar que pretende intervir junto desta família, aliás gostava que fosse feita uma intervenção, por forma a ajudar a resolver o assunto. -----

COUTINHO LOPES (Grupo da CDU) »» O Grupo da CDU congratula-se com a criação e existência deste regulamento. Estamos de acordo com o seu conteúdo, e no nosso entender foi cumprida a legislação. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Sobre o assunto referido pelo Senhor Deputado Alfredo Trindade, vou solicitar ao Gabinete de Acção Social uma avaliação do assunto cm caracter urgente. -----

----- * **Votação do ponto três da Ordem de Trabalhos - APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA** a proposta de Regulamento do Programa de Apoio Económico a Famílias em Situação de Maior Vulnerabilidade, Com vinte e quatro votos a favor, dezasseis do grupo do PS, três do grupo da CDU, dois do grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT), dois do grupo do MICA e um do Grupo Zé Gomes. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO QUATRO – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E TREZE, BEM COMO QUE A APRECIACÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS NOS TERMOS DA ALÍNEA A), DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO, DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara. –

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Em primeiro lugar, solicitar autorização, caso seja necessário, para alguns esclarecimentos técnicos, a intervenção do ROC, Drº João Careca. Quanto aos aspectos políticos, deixarei a minha intervenção para o final. ----- No entanto, saliento o facto da minha introdução, apesar de possuir apenas três parágrafos, espelha bem o documento. -----

JOÃO LOPES (Grupo “AMAR A TERRA” PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Relativamente a esta prestação de contas, o nosso Grupo não encara este documento como uma mera prestação de contas. Ou seja, não é apenas uma altura em que o Executivo nos entrega todos os documentos contabilísticos, não é apenas uma avaliação técnica, é também



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

uma avaliação de todas as actividades que foram feitas durante o exercício de dois mil e treze. Relativamente a esse período de tempo, o nosso grupo fez uma análise das contas e das acções mais significativas que ocorreram durante o ano. Assim, iremos tecer alguns comentários que nos parecem relevantes para a discussão do assunto. Em primeiro lugar, referir que vimos com bom grado que houvesse muitos mais funcionários a ter formação durante o ano em apreciação, do que em anos transactos. Esperamos que esta evolução se mantenha, e se possível, aumente. -----

Queremos também referir que houve um aumento das horas extraordinárias, de cerca de oitos horas, para doze horas. O custo para o município é de cerca de oitenta e nove euros por hora/trabalhador. Estes aspectos estão ligados ao índice muito elevado de acidentes de trabalho. Os acidentes na autarquia são significativos, pois, dizem os números que este executivo nos apresenta, que cerca de cinco por cento dos funcionários teve um acidente de trabalho. Em cada vinte, um tem um acidente de trabalho por ano. Foi isto que aconteceu no ano passado. Isto resulta em dias perdidos. Cada funcionário, em média, fica dois vírgula nove dias, quase três dias completos em casa porque teve um acidente de trabalho. -----

No que diz respeito aos investimentos, gostaríamos de referir um dos aspectos em nosso entender, mais marcantes desta prestação de contas. Nós olhamos para o total das despesas, e verifica-se de imediato que as despesas de investimento passaram de cerca de três milhões de euros, para uma vírgula seis milhões de euros, cerca de metade. Houve muitos menos investimentos no município, a que não será alheia a conjuntura do país. -----

Gostaríamos de saber porque é que as matérias-primas e subsidiárias, passaram de trezentos e seis mil euros para cerca de dez mil euros. Pode haver alguma mudança de critérios, desconhecemos, e como tal temos curiosidade sobre este aspecto. -----

Não menos importante, registar a falta de um regulamento para atribuição de subsídios. Os subsídios são e continuam a ser atribuídos sem qualquer critério objectivo, sem a obrigatoriedade das associações prestarem contas, de revelarem algum tipo de resultados. -----

Para terminar, as contas de dois mil e treze evidenciam que se realizaram praticamente todas as despesas previstas a nível corrente como os salários, electricidade, juros, prestações de serviços mas ao nível dos investimento este exercício ficou aquém do esperado. -----

Preocupa, acima de tudo, o grande desequilíbrio orçamental ao nível das despesas correntes sendo o défice corrente de zero virgula oito milhões de euros, menos sete por cento. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

O endividamento bancário foi cerca de sete virgula nove milhões de euros o que significa que os encargos e juros representam uma fatia significativa das despesas anuais. -----

Refira-se que o Município tem ainda muitos empréstimos recentes contratados com carência de capital nos primeiros três anos. Significa isto que no futuro os encargos com o pagamento de empréstimos irá aumentar exponencialmente. -----

Contudo como houve eleições no final de Setembro e estamos a avaliar a performance de um executivo que esteve de Outubro a Dezembro achamos que não é justo votar de outra forma que não abstermo-nos dado o pouco tempo deste executivo. -----

Face ao exposto, o Grupo da Coligação “Amar a Terra” PPD/PSD.CDS-PP.MPT na Assembleia Municipal de Almeirim abstém-se na prestação de contas da Câmara Municipal de Almeirim referentes ao ano de dois mil e treze. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Cruz Martins do Grupo da CDU. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» O grupo da CDU, sobre este documento, que é um documento técnico, apreciamos sob essa perspectiva, mas também a forma como ele reflecte a gestão deste executivo, e o resultado das opções que foram tomadas. Por isso, não nos vamos referir a aspectos técnicos. -----

O documento em apreciação apesar de ser eminentemente técnico, mais do que apresentar a posição das contas do município, reflecte a gestão imprimida pelo executivo e o resultado das opções tomadas. Por isso, não nos debruçaremos profundamente nos aspectos técnicos, fazendo contudo referência a alguns aspectos que nos merecem atenção. -----

É apresentado um valor de setecentos e noventa mil e quinhentos euros, na rubrica instituições sem fins lucrativos. Continuamos a insistir na necessidade de um regulamento para a atribuição de subsídios, rubrica que aumentou significativamente, sem se saberem quais os critérios utilizados. Não contestamos a atribuição de subsídios a algumas das entidades. O que questionamos é a ausência de critérios na sua atribuição. Pelo menos que sejam conhecidos. -----

Verifica-se que na conta “aquisição de bens e serviços”, as verbas contabilizadas em “outros bens”, “outros serviços” e “outros trabalhos especializados” totalizam cerca um vírgula dois milhões de euros (1.279.012,24) correspondendo a cerca de dezoito vírgula quatro por cento do total da rubrica “aquisição de bens e serviços” e oito virgula catorze por cento do total da despesa. Para rubricas cuja natureza e objectivo é enquadrar valores residuais, convenhamos que estes montantes serão tudo, menos residuais.



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Total da despesa: Quinze milhões, setecentos e quatro mil e sessenta e nove euros e quarenta e dois cêntimos. -----

Curioso notar que a verba inscrita em “prémios, condecorações e ofertas” é inferior em cerca de mil e vinte seis euros à que se refere a “material de educação, cultura e recreio”. Não questionando a justeza na atribuição de prémios e condecorações, quando comparado com o material para a educação e cultura, podem-se tirar conclusões pouco elogiosas sobre as prioridades de quem nos governa localmente. ----

A conta referente às dívidas de cobrança duvidosa apresenta um saldo elevado – quinhentos e noventa e oito mil seiscentos e noventa e quatro euros e cinquenta e três cêntimos, sendo que cento e dezanove euros, novecentos cinquenta e três euros e cinquenta e oito cêntimos se encontram em cobrança em litígio. Pergunto se é possível caracterizar o perfil destas dívidas e quais as perspectivas de cobrança das mesmas. ---

No mapa de empréstimos obtidos, embora não seja obrigatório, a bem da transparência, sugere-se que seja indicado o prazo global dos mesmos, utilizando por exemplo o campo das observações. Permite uma melhor percepção dos compromissos a médio longo prazo do município. -----

O relatório de gestão apresenta conclusões, que não sendo erradas, apresentam-se dotadas de um argumentário que eu classificaria de cosmética. Os factos estão lá, mas podem ser “retocados”. -----

Vejamos um exemplo: -----

No relatório é afirmado “... Outra das rubricas com elevada importância nas despesas correntes são as despesas com pessoal com um peso de trinta e cinco vírgulas dezoito por cento apesar de se verificar que continuam a descer em relação a anos anteriores, no que se refere ao seu peso neste tipo de despesas (correntes).” O que não diz expressamente neste ponto, apesar de depois vir demonstrado no quadro do resumo de execução orçamental das despesas, e referido mais à frente é que houve um aumento efectivo de sete vírgulas quarenta e dois por cento face ao ano de dois mil e doze. -----

Quanto ao endividamento líquido do município de Almeirim, este atingiu em dois mil e treze o valor de cinco milhões centos e dez mil quinhentos e sessenta e quatro euros e oitenta e nove cêntimos. Estamos perante um valor elevadíssimo e que expressa de forma bem clara a gestão a que temos sido sujeitos. Bem sei que no relatório se afirma ufanamente que ainda temos margem para o endividamento líquido. Afinal não se gastaram todos os cartuchos... Ainda nos podíamos endividar em mais cinquenta e sete mil novecentos e oitenta euros! Nesta ordem de grandeza de números, eu diria que ficámos “rapadinhos”! -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Gostaríamos de saber se já foi afectado património às Águas do Ribatejo, por via do contrato de gestão a celebrar. É que se já foi, não deveria constar no ficheiro que nos foi distribuído, sobre o mesmo. -----

Recursos humanos; -----

Pela análise do gráfico que acompanha a informação sobre esta matéria, verifica-se que estamos perante uma estrutura em que a hierarquia está ausente. Não existem dirigentes. Numa outra realidade, dir-se-ia que estamos perante um bom exemplo a aplicar numa sociedade de cariz igualitário /anarquista? Mas não é o caso. Estamos perante um exemplo de má gestão de recursos humanos, ou ausência de gestão num dos activos mais importantes e fundamentais para o bom funcionamento de qualquer organização. A ausência de dirigentes não ajuda na responsabilização e organização dos serviços. Quando algo acontece, ninguém é responsável e em última instância a responsabilidade é do vereador do pelouro e do presidente. Creio que a gestão da coisa pública exige mais do que nos é apresentado neste documento. -----

Esta não é a gestão que a CDU defende, pelo que votaremos contra a aprovação do documento em apreciação fazendo voto vencido. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou agora a palavra ao Senhor Deputado do Grupo do Partido Socialista, Rui Pires. -----

RUI PIRES (Grupo do PS) »» Ao apreciarmos o Relatório de Contas de dois mil e treze, temos de ter em conta que o referido ano começou nesta Autarquia com um Executivo e acabou com outro, embora apresente um ponto de ligação entre os dois executivos. Foram suportados por uma maioria do mesmo partido, embora que no período do final de ano essa maioria seja mais expressiva e isto contra ventos e tempestades. -----

Passemos pois à análise do relatório. -----

UM – Tendo em atenção aos condicionalismos, na área das receitas por imposição deste Governo que elegeu entre outros a Administração Local como também culpada pela crise, levou contudo a uma maior e apertada prudência no uso dos dinheiros públicos e portanto a uma redução das obras ainda que participadas. -----

DOIS – Continuamos a verificar que não ultrapassamos a capacidade de endividamento e que houve uma melhoria no resultado líquido em relação a dois mil e doze, ainda negativo. -----

TRÊS – Verificamos ainda com satisfação que todos os indicadores financeiros de análise de contabilidade patrimonial são positivos. -----

QUATRO – E da certificação legal de contas apresentado pelo Revisor Oficial de Contas – ROC, a mesma não apresentai quaisquer anomalias, em face aos documentos apresentados. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

CINCO – Pelo acima exposto, este Relatório só pode merecer a nossa aprovação. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Dou a palavra ao senhor Deputado da bacada da CDU. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» Gostava de ter um pequeno esclarecimento sobre o património. Gostaria de saber se já foi afectado o património à Águas do Ribatejo por via dos contratos de gestão que se estavam por celebra e que eram referidos nos anos anteriores. Isto é; se estes contratos já foram efectivamente executados e se houve transição do património para as Águas Do Ribatejo? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara. --

PRESIDENTE DA CÂMARA »» A execução orçamental é substancialmente superior a oitenta por cento. Convido os Senhores Deputados a fazerem uma pesquisa geral para verem as execuções orçamentais que acontecem neste País. -----

Terminamos o ano com uma dívida a fornecedores de cerca de cento e cinco mil euros, sendo no entanto que cerca de trinta e poucos mil euros desse valor foi resultante da aquisição de um terreno. -----

A nossa dívida actualmente é de cerca de cento e cinquenta mil euros, pagamos a trinta dias. No que diz respeito à dívida global, representa menos de cinco por cento do nosso orçamento. -----

Como anteriormente foi referido numa intervenção da oposição, a nossa dívida em dez fica paga. Com esta afirmação, não posso estar mais de acordo. Esta afirmação bastava para responder a todas as questões observadas nesta prestação de contas. ----

Sobre as horas extraordinárias não tenho os números. As que me passam pelas mãos, em termos de valor são de tal maneira insignificantes que não representa preocupação que não seja a necessária. -----

Sobre os estudos e pareceres, já tive oportunidade de o referir. Nós vamos gastar muito mais dinheiro em estudos e pareceres. Se quiser fazer obras e estar preparado para os candidatar tenho de os mandar executar e obviamente este trabalho tem um custo. -----

A CDU falou em aproveitar os técnicos da autarquia. Estou de acordo com a CDU, porém, os projectos hoje em dia exigem um conjunto de aspectos técnicos que no município não possuímos, pelo que temos de mandar executar o que não fazemos fora da autarquia. -----

Vou terminar exactamente como iniciei a minha intervenção. -----

Terminamos o ano com uma dívida a fornecedores de cerca de cento e cinco mil euros, actualmente a dívida situa-se em cerca de cento e cinquenta mil euros e pagamos a trinta dias e pretendemos continuar a fazê-lo. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

JOSÉ SOUSA GOMES (Grupo ZÉ GOMES) »» Sobre este assunto, gostaria de dizer a esta Assembleia que assumo em grande parte deste assunto, até porque ele deriva do meu executivo. -----

Houve aqui uma questão que foi referida numa intervenção e que não foi referida pelo Senhor Presidente da Câmara, mas eu assumo completamente. Havia dois projectos muito importantes para o nosso Concelho, que não eram da responsabilidade da Câmara, mas que nós abdicamos de candidaturas nossas para esses projectos poderem vir a ser contemplados nos fundos comunitários. Estou a falar da construção do edifício que o CRIAL vai começar dentro de pouco tempo e da recuperação do edifício do Hospital Júlio César. São duas entidades que não possuem nenhuma ligação à Autarquia, mas que possuem iniciativa para construir obras que são muito importantes para o nosso Concelho. -----

Por essa razão assumo esta decisão, pois porventura ela possa ter prejudicado a construção de obras da Autarquia e consequentemente os valores da conta de gerência que estamos hoje aqui a apreciar. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Chegou o mento de solicitar a intervenção do Senhor Revisor Oficial de Contas, para prestar os esclarecimentos que entender serem relevantes para a esta Assembleia. -----

JOÃO CARECA (Revisor Oficial de Contas) »» Boa noite a todos. Obrigado por permitirem a minha intervenção. -----

Penso que tecnicamente se deve justificar alguns aspectos sobretudo que questões colocadas. -----

Relativamente aquilo que são as enfases e à regularização de quatro virgula nove milhões de euros que foram efectuados na conta de resultados transitados. -----

Tal como a certificação legal de contas do ano anterior e de outros anos anteriores referia, existiam algumas facturas por contabilizar. Essas facturas e essa receita de anos anteriores, foi agora contabilizada no exercício de dois mil e treze, estes efeitos resultam e estão espelhados praticamente metade dos quatro vírgula nove milhões de euros que aqui foram referidos. Os outros dois virgula três milhões de euros, dizem respeito a subsídios ao investimento. -----

Foi feito um levantamento que permitiu regularizar e actualizar o cadastro. Foram identificadas situações de bens que foram financiados pro projectos comunitários, e entendeu o executivo fazer as devidas correcções e reflectir esses subsídios ao investimento e corrigir as demonstrações financeiras nesse sentido. Correcção que nós entendemos que também foi adequada e por isso a referenciamos apenas como uma enfase. As reservas que anteriormente existiam foram ultrapassadas e a última



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

referência é precisamente aos cento e sessenta e cinco mil euros que resultam da regularização entre o património e os valores que estavam na contabilidade. São estes os ajustamentos que foram efectuados. Porque estas regularizações, nomeadamente das facturas que estavam por registar, têm naturalmente um aumento no impacto no aumento da despesa. -----

Uma vez que se registou em dois mil treze, este aumento de despesa, obviamente que será uma situação que não ocorrerá em dois mil e catorze, e por isso, o desequilíbrio que é referido, se exceptuarmos as correcções que fizemos ao exercício anterior, já é um desequilíbrio que não existe, antes pelo contrário. -----

É isto que me oferece dizer a esta Assembleia. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Obrigado pela sua intervenção. -----

JOÃO LOPES (Grupo “AMAR A TERRA” PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Gostava de agradecer os esclarecimentos do Senhor Revisor Oficial de Contas. -----

Gostaria ainda de fazer algumas observações sobre este assunto. O valor liquido é de zero virgula oito milhões de euros, e por isso mantem-se a mesma questão, mesmo que exista alguma afectação, algum problema nas contas deste ano porque foram contabilizadas as famosas facturas por registar, não deixa de ser uma facto que as despesas correntes aumentaram cerca de dois por cento. -----

Pergunta-se ao executivo se acha ou não que existe um problema? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou a palavra novamente ao Senhor Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Pouco mais tenho a dizer sobre o assunto, senão acrescentar que gostava de fazer muitas mais obras e poder igualmente pagar, sem comprometer o exercício municipal. Porém a contenção assim obriga. Estou consciente que tenho obras para fazer, que vão aguardar para o ano, há coisas que não posso fazer neste mandato, e que vão ficar para mandatos seguintes, para quem vier a ser eleito. Uma das obras que gostava de executar e terminar neste mandato era a circular urbana de Almeirim. Mas, para pagar a trinta dias não posso executar obras que ficam depois por liquidar. E, também não desejo ficar sem fundos disponíveis, e chegar ao dia vinte de cada mês e poder pagar os vencimentos a todos os funcionários desta autarquia que se fartam de trabalhar. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação. -----

----- * **Votação do ponto quatro da Ordem de Trabalhos - APROVADO POR MAIORIA E MINUTA**, a Prestação de Contas referentes ao exercício de dois mil e treze, bem como que a apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Patrimoniais, com dezassete votos a favor, dezasseis do Grupo do PS e um do Grupo Zé Gomes. Três votos contra do Grupo da CDU. Quatro abstenções, duas do Grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e duas do Grupo do MICA. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo “AMAR A TERRA” PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» A nossa abstenção é com base no que foi referido pela bancada do PS. Estamos a avaliar a performance de um ano civil, mas tendo o executivo sido alterado quase no final do mandato, achamos justo abster-nos nesta prestação de contas, dado que ela abrange dois executivos, como já foi referido. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» O voto contra da CDU, assenta essencialmente na falta de transparência evidenciada pelo relatório, pelas incongruências demonstradas especialmente no que ao património se refere e pela falta de rigor demonstrada. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOSÉ SOUSA GOMES (Grupo ZÉ GOMES) »» O meu voto foi condicionado pelo parecer do Senhor Revisor Oficial de Contas, e pelo seu relatório, que está à nossa frente e que faz parte das contas. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Relativamente ao último ponto da Ordem de Trabalhos, por existirem dúvidas e por solicitação do Senhor Presidente da Câmara, o assunto é retirado, sendo presente numa próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais inscrições para intervenções no período do público, aproveito para vos desejar uma boa noite. -----

Às vinte e três horas e cinquenta minutos do dia vinte e nove do mês de Abril de dois mil e catorze, deu-se por encerrada a Sessão lavrando-se para constar a presente acta, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela Assembleia vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro – Secretário,

O Segundo – Secretário,
